

2. Os programas, duração e demais condições a observar na realização dos cursos referidos na alínea b) do n.º 1 deste número são fixados por despacho do Secretário de Estado da Aeronáutica, devendo os militares que os desejarem frequentar requerer nesse sentido.

3.º O militar reintegrado a que, já na situação de reforma, vier a ser aplicado o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 46 001 é promovido ao posto que lhe competir, em conformidade com o artigo 10.º do mesmo diploma, por portaria do Secretário de Estado da Aeronáutica.

4.º As dúvidas e casos omissos serão resolvidos por despacho do Secretário de Estado da Aeronáutica.

Secretaria de Estado da Aeronáutica, 26 de Março de 1970. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, José Pereira do Nascimento.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho ministerial

As remunerações do pessoal das missões militares junto da representação diplomática portuguesa no estrangeiro foram objecto de estudo com vista a uma possibilidade de actualização. Ponderadas as circunstâncias e os fac-

tores que condicionam tais remunerações, determina-se o seguinte:

1.º São fixadas ao pessoal em serviço nas missões militares junto das embaixadas ou legações portuguesas no estrangeiro as remunerações constantes da tabela anexa, para vigorarem a partir da data deste despacho e para os efeitos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 39 815, de 14 de Agosto de 1953.

2.º As ajudas de custo fixadas na tabela anexa para o pessoal em serviço no Quartel-General do S. A. C. L. A. N. T. (Norfolk, Estados Unidos da América) não sofrem qualquer dedução, ac abrigo do § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42 211, de 14 de Abril de 1959.

3.º É fixado em 400\$ o suplemento diário de ajudas de custo a abonar aos adidos e aos oficiais em comissão no Quartel-General do S. A. C. L. A. N. T. nas deslocações que efectuarem, com passagens por conta do Estado, dentro e entre os países em que se encontrem em serviço e, eventualmente, para outros países.

Este abono é de efectuar a contar da data deste despacho e o quantitativo fixado será revisto logo que seja actualizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a tabela de abonos semelhantes aos conselheiros de embaixada.

Presidência do Conselho e Ministério das Finanças, 4 de Fevereiro de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo. — O Ministro das Finanças, João Augusto Dias Rosas.

Tabela das remunerações do pessoal das missões militares junto da representação diplomática no estrangeiro a que se refere o n.º 1.º do despacho de 4 de Fevereiro de 1970

Designação	Países								Quartel-General do SACLANT
	Inglaterra Londres	França Paris	Espanha Madrid	República Federal Alemanha Bona	Estados Unidos da América Washington	Brasil Rio de Janeiro	República da África do Sul Pretória	Estados Unidos da América (Norfolk)	
1. Adido militar, adido naval ou adido aeronáutico, oficial superior:									
a. Ajuda de custo mensal . . .	22 500\$00	22 500\$00	19 500\$00	22 500\$00	28 500\$00	22 500\$00	19 500\$00		-\$-
b. Abono mensal para despesas de representação . . .	5 000\$00	5 000\$00	3 000\$00	5 000\$00	4 000\$00	5 000\$00	4 500\$00		-\$-
c. Subsídio mensal para transportes	4 500\$00	4 500\$00	3 000\$00	4 500\$00	4 500\$00	4 500\$00	3 000\$00		-\$-
2. Representação nacional junto do SACLANT, oficial superior:									
a. Ajuda de custo mensal . . .	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-		28 500\$00
3. Pessoal militar destacado para serviço de secretaria:									
a. Ajuda de custo mensal, sendo:									
Sargento-ajudante . . .	13 500\$00	13 500\$00	9 000\$00	12 000\$00	16 500\$00	13 500\$00	12 000\$00	16 500\$00	
Primeiro-sargento ou segundo-sargento ou furriel	12 000\$00	12 000\$00	7 500\$00	9 000\$00	13 500\$00	12 000\$00	9 000\$00	13 500\$00	
Praça	7 500\$00	7 500\$00	4 500\$00	6 000\$00	10 500\$00	7 500\$00	6 000\$00	10 500\$00	

Observação. — Quando um adido acumule oficialmente as suas funções com as de outro, será abonado de um acréscimo de 50 por cento das despesas de representação e de subsídio de transportes, se a acumulação for de duas funções, e aumento daquela percentagem para 75 por cento dos mesmos abonos, se a acumulação for de três funções: adido militar, naval e aeronáutico, simultaneamente.

Presidência do Conselho e Ministério das Finanças, 4 de Fevereiro de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo. — O Ministro das Finanças, João Augusto Dias Rosas.